

ARTIGO

A IMPORTÂNCIA DO CONCEITO DE TERRITÓRIO NO ENSINO DA GEOGRAFIA NAS ESCOLAS DO/NO CAMPO

Lis Pimentel Almeida¹

Ednice de Oliveira Fontes Baitz²

RESUMO

A Geografia é uma disciplina que colabora com a formação do indivíduo, pois traz em sua grande abrangência um papel socioeconômico e pedagógico dentro e fora do ambiente escolar. Aquele que se propõe a ensinar geografia tem que compreender as diferentes linguagens e interpretações que permeiam a realidade em que está posto. A escolha do conceito de território na vastidão do que a geografia propõe se dá nesse estudo no intuito de priorizar, de forma significativa, um conceito de aprendizado de conteúdos que se adaptem a uma visão cognitiva da realidade, ensinando um conceito que se renova a partir das modificações socioespaciais nas escalas local, regional e global, proporcionando um ensino que permeie a pluralidade cultural que existe no campo. Esse conceito deve ser trabalhado também no intuito de salientar as noções de localização, organização, representação e compreensão do espaço vivido e que esses conceitos sejam desenvolvidos a partir de práticas que prezem a sociabilidade, como a construção da prática pedagógica das oficinas livres, atividade que propõe aos professores-estudantes uma reflexão interativa que dialoga sobre os diversos aspectos da dinâmica territorial.

Palavras-chave: Ensino. Práticas Educativas. Oficinas Livres.

¹ Licenciada e Especialista em Ensino em Geografia Pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC; Mestranda em Educação e Relações Étnico Raciais pela Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB. E-mail: lispimentel@hotmail.com

² Licenciada e mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia – UFBA; doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe – UFS, com pós-doutorado em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Professora Titular da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC. E-mail: ednice@uesc.br

1 INTRODUÇÃO

A Educação do Campo tem como proposta processos formativos em nível profissionalizante, possui legislação própria e vem sendo construída de forma constitucional a partir de 1930 nos ensinos Municipal, Estadual e Federal. Segundo o Decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010, a Escola do Campo é aquela situada em área rural (IBGE) ou em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo. Abaixo as resoluções e principais portarias que regem a educação do campo a nível federal:

- Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002- Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, um conjunto de princípios e procedimentos para serem observados nos projetos das instituições que integram os diversos sistemas de ensino.
- Parecer CNE/CEB Nº 1/2006 - Recomenda a adoção da Pedagogia da Alternância em escolas do campo.
- Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008- Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para Educação Básica do Campo.
- Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010- Dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.
- Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012 - Dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas; altera a Lei no 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir os polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil, na assistência financeira do Programa Dinheiro Direto na Escola; altera a Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007, para contemplar com recursos do FUNDEB as instituições comunitárias que atuam na educação do campo.
- Portaria nº 86/2013, que institui o Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO.
- Portaria nº 674 de 1 de agosto de 2013 que Institui a Comissão Nacional de Educação no Campo, colegiado de caráter consultivo para assessorar o Ministério da Educação.
- Lei nº 12.960 de 27 de março de 2014 - altera a LDBEN para constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino (conselho) para o

fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas, considerando para tanto a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar.

- Portaria nº 505, D.O.U. de 22 de maio de 2015, que cria a comissão Nacional de Educação Profissional e Tecnológica do Campo das redes públicas – CNEPT.

Apesar das conquistas legais ao longo dos anos, há uma discrepância entre o que foi disposto através de leis e como de fato ocorre o acesso à educação no campo.

Trata-se de uma educação *dos* e não *para* os sujeitos do campo. Feita sim através de políticas públicas, mas construídas com os próprios sujeitos dos direitos que a exigem. A afirmação deste traço que vem desenhando nossa identidade é especialmente importante se levarmos em conta que, na história do Brasil, toda vez que houvera alguma sinalização de política educacional ou de projeto pedagógico específico, isto foi feito para o meio rural e muitas poucas vezes com os sujeitos do campo. Além de não reconhecer o povo do campo como sujeito da política e da pedagogia, sucessivos governos tentaram sujeitá-los a um tipo de educação domesticadora. (CALDART, 2004, p. 151).

O campo perpassa por inúmeros desafios, no que diz respeito à infra-estrutura. Segundo o censo escolar de 2014, existem no país 122.214 escolas na área urbana e 67.604 escolas na área rural. Desse contingente, 94% das escolas urbanas contam com uma rede de água e 86% têm acesso à rede de computadores. Já nas escolas rurais, apenas 27% contam com a ligação de água e 16% têm acesso à rede de computadores (INEP, 2014).

Os desafios que o campo perpassa em dias atuais podem ser compreendidos através do entendimento de sua necessidade para o Estado: a ideia de educação no campo surgiu já no segundo império para fornecer mão de obra à economia do país, já que com o fim da escravidão, o país necessitava de mãos para a monocultura do café e as monoculturas subsequentes a essa. A história da educação no campo se deu sobre um processo de exclusão, de direitos historicamente negados. Segundo (FERNANDES, 2006, p. 28):

A Educação do Campo nasceu das demandas dos movimentos sociais camponeses na construção e uma política educacional para os assentamentos de reforma. [...]. A Educação na Reforma Agrária é parte da Educação do Campo compreendida como um processo em construção que contempla em sua lógica a política que pensa a educação como parte essencial para o desenvolvimento do campo.

O indivíduo do campo sempre foi inserido na escola para que fosse preparado para a sociedade como mão de obra barata e tecnicamente qualificada para o manuseio dos seus instrumentos de trabalho, sempre foi à classe trabalhadora voltada para a atividade produtiva.

Na medida em que esse sistema de produção progrediu, os movimentos sociais que surgiram ao longo dos anos principiaram a luta pelo direito à educação de forma digna, chamando a população do campo para uma luta de mudanças de práticas, onde a educação seja associada à formação do cidadão que intervenha na própria realidade, onde este cidadão seja protagonista do seu próprio processo educacional. Para (NASCIMENTO, 2009, p. 187),

Pensar a educação do campo significa assumir três compromissos básicos: um compromisso ético/moral com a pessoa humana desumanizada historicamente; um compromisso com a intervenção social e educar, nesse sentido, significa intervir para transformar as realidades de exclusão pedagógica tão freqüentes nos municípios e estados da federação; e, por último, um compromisso com a cultura camponesa em suas diversas facetas, seja para resgatá-la, seja para recriá-la, bem como, para conservá-la.

A escola se estabelece como uma referência histórica na memória das pessoas que por ela transitaram, seja estudante, professores, gestores, funcionários, comunidade, todas e todos que por ali passaram são parte e memória da construção da identidade daquele lugar e as tradições estão também inseridas nessas memórias, são igualmente identidade, pois a escola é o conjunto de toda forma de saber que ali é construída e o ensino é uma troca de conhecimentos.

O ato de ensinar, em sùmula, infere em êxito, que nada mais é que o ato da própria aprendizagem. Ensinar requer muito mais do que o emprego de regras e técnicas e o pensar ensinar geografia na educação no/do campo é pensar em deixar de lado a ideia do ensino da memorização, do decorar mapas, estados e capitais. A geografia não pode ser compreendida somente como um instrumento de análise das mudanças física do espaço geográfico.

2 TERRITÓRIO NO ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

A proposta é para que o ensino permeie a pluralidade cultural que existe no campo, que no currículo escolar sejam contemplados as características e saberes de cada lugar, que essa classe trabalhadora tenha uma educação humanizada, emancipatória e vinculada a raízes e tradições de cada comunidade com o intuito da formação sociopolítica e das melhorias das condições de vida campesina.

O novo profissional da educação precisa perguntar-se: por que aprender, para quê, contra quê, contra quem. O processo de aprendizagem não é neutro. O importante é aprender a pensar, a pensar a realidade e não pensar pensamentos já pensados. Mas a função do educador não acaba aí: é preciso pronunciar-se sobre essa realidade que deve ser não apenas pensada, mas transformada (SANDES, 2012, p. 29).

Para Libâneo (2005), as práticas educativas não devem se restringir a família e a escola, elas partem de todos as conjunturas e domínios da vida individual e social do sujeito, sob várias perspectivas.

A Geografia é uma disciplina que colabora com a formação do indivíduo, pois traz em sua grande abrangência um papel socioeconômico e pedagógico dentro e fora do ambiente escolar. Aquele que se propõe a ensinar geografia tem que compreender as diferentes linguagens e interpretações que permeiam a realidade em que está posto e no edificar desse saber é de grande relevância a construção de algumas competências e habilidades, tais como:

- Identificar e explicar a dimensão geográfica presente nas diversas manifestações do conhecimento;
- Articular elementos empíricos e conceituais, concernentes ao conhecimento científico dos processos espaciais;
- Reconhecer as diferentes escalas de ocorrência e manifestação dos fatos, fenômenos e eventos geográficos;
- Planejar e realizar atividades de campo referentes à investigação geográfica;
- Selecionar a linguagem científica mais adequada para tratar a informação geográfica;
- Dominar os conteúdos básicos que são objetos de aprendizagem no ensino básico;
- Organizar o conhecimento espacial adequando-o ao processo de ensino-aprendizagem em Geografia;
- Portar-se como educador consciente de seu papel na formação de cidadãos, inclusive na perspectiva socioambiental.

A escolha do conceito de território nesse estudo se dá em priorizar, de forma significativa, um conceito de aprendizado de conteúdos que se adaptem a uma visão cognitiva da realidade, ensinando uma categoria que se renova a partir das modificações socioespaciais nas escalas do local, onde o estudante do campo possa enxergar as contradições e modificações territoriais a partir do local e tenha o entendimento dessa dinâmica em escala global e vice-versa. Onde o estudante usa todo o conhecimento armazenado dentro e fora da sala de aula para compreender as relações existentes na sociedade. Santos (1993) diz:

Essencial ao currículo apresentar-se como um instrumento contemporâneo, aproximando os alunos da realidade por meio de conteúdos que mostrem como as relações entre as coisas são históricas e dinâmicas. Isso somente será possível por meio do ensino das categorias fundamentais da Geografia [...] O que importa ensinar é estar à altura do tempo que muda e ser capaz de captar essas mudanças, integrando-as num sistema que é a forma de interpretação do real, porque é o próprio real.

Sabido que a proposta é transpor a metodologia de apenas cumprir currículo e fazer um trabalho de reproduzir o que está posto no livro didático, a preocupação no desenvolvimento do conceito a ser trabalhado no processo ensino-aprendizagem deve ter antes de tudo a autocrítica do professor quando este constrói seu planejamento, ou seja, o professor deve estar disposto a compreender o contexto social onde estão inseridos os estudantes para construir pedagogicamente quais os assuntos e a melhor forma de trabalhar estes de modo relevante.

O aluno deve se ver como participante do espaço que estuda, para poder analisá-lo, senti-lo e compreender a espacialidade das práticas sociais para poder intervir nelas a partir de convicções, elevando a prática cotidiana, acima das ações particulares, ao nível do humano genérico.(CAVALCANTI, 2002).

Tratando aqui da construção do ensino do conceito de território na educação do campo, o primeiro passo será a escolha e organização dos conteúdos, baseado nas principais correntes do pensamento geográfico para que o próprio professor se situe e crie, em sua prática pedagógica, um alavancar metodológico que tenha coerência com a proposta a ser feita aos estudantes. É importante que a proposta metodológica seja feita as estudantes e este profissional esteja aberto a possíveis mudanças, afinal, a proposta é construir conhecimento em conjunto e o campo traz peculiaridades próprias que podem ser inseridas nessa proposta.

Assim, o conceito de território precisa se guiar de forma inovadora, trabalhando com símbolos e significados. É necessário avaliar os fenômenos ligados à ocupação daquele espaço; graduar as analogias de conflito na relação homem-natureza; avaliar as contradições a partir do lugar onde se está; construir a habilidade de analisar e interpretar as influências geopolíticas no contexto mundial, regional e local. O território se constrói a partir de processos pré-existentes que se caracteriza pelo conjunto de fatores socioeconômicos e culturais, ou seja, são as transformações que ocorrem ao longo da história que constroem o espaço geográfico e, assim, o território é muito mais que uma determinada porção de terra, é a representação política e administrativa que corresponde a um determinado grupo ou

organização e esses grupos se formaram a partir de alianças, interesses, conformidades e/ou afinidades em comum.

Os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. Os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios. (FERNANDES, 2005, p. 30).

Seguindo na construção do conceito de território e espaço geográfico, é de grande importância o atrelamento desse conceito com a perspectiva de poder e suas vertentes econômica, ideológica e política. Raffestin (1993, p. 38) observou:

O poder, nome comum, se esconde atrás do Poder, nome próprio. (...) é mais fácil de cercar porque se manifesta por intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos. É o poder visível, maciço, identificável. (...) O poder é parte intrínseca de toda relação. Multidimensionalidade e imanência do poder em oposição à unidimensionalidade e à transcendência: o poder está em todo lugar, não que englobe tudo, mas vem de todos os lugares.

O poder econômico, aquele onde o sujeito usufrui da sua condição de detentor dos meios de produção e riquezas para apropriar-se dos espaços para manobrar o comportamento daqueles que ali vivem, como os grandes latifundiários que se apropriam das porções de terra onde estão inseridos agricultores familiares e inserem forçadamente monoculturas, mudando a paisagem e o contexto social de determinado território. O poder ideológico, onde aqueles que detêm o conhecimento científico e/ou outros saberes expandem seus conceitos com objetivo de cooptar as pessoas daquele território para determinado fim. O poder político que figura de forma aberta as relações de subordinação entre os que governam e os que são governados, que aprisiona a classe trabalhadora do campo quando a coloca no lugar de dependente do sistema e que por muito sofre como massa de manobra desses governantes que atrela a sobrevivência no campo a programas paliativos, sem soluções reais para melhoria de vida do povo camponês.

De nada adianta ensinar ao estudante onde está compreendido seu território se o professor não criar mecanismos para que esse estudante entenda a lógica que estruturou esse território e poder enxergar e compreender que nesse território ele pode se desenvolver enquanto unidade e a classe trabalhadora possa viver e se manter no seu lugar de pertencimento.

3 PROPOSTA PARA REFLEXÃO E PRÁTICA

As reflexões do trabalho docente e a prática pedagógica se enriquecem quando se estabelecem em objeto de investigação do coletivo dos professores, buscando se aproximar dos estudantes com soluções teóricas e metodológicas aos desafios e dilemas diários que se colocam na dinâmica da sala de aula e do ambiente escolar. Vazquez (2007, p. 21) nos diz:

É certo que a prática pedagógica do professor dependerá em suma da concepção que o mesmo tem do próprio trabalho. O professor poderá desenvolver uma prática que seja transformadora, significativa, pertinente ao contexto social dos alunos contemplados, ou poderá apropriar-se de uma prática mecânica, que tem como principal finalidade repassar conteúdos, e realizar atividades meramente repetitivas.

Assim, a partir da tomada da consciência dos professores de suas possibilidades e limitações, estes podem refletir suas ações e se colocarem à disposição para fazerem intervenções que melhorem o seu trabalho, contribuindo para a construção de um projeto pedagógico eficaz.

Visto isso, no presente trabalho chegamos à proposta da prática pedagógica Oficinas Livres, que deve ser construída de forma interdisciplinar para melhor desenvolver as habilidades dos estudantes.

As Oficinas Livres devem ser oferecidas sempre que houver necessidade de aprofundamento de conteúdo e/ou sobre temas relevantes que são do interesse dos professores-estudantes. Por exemplo, aspectos socioculturais e geoambientais do local onde a escola está inserida, que pode ser desenvolvida por oficina em quatro etapas:

- 1ª etapa – Pesquisa bibliográfica sobre os processos históricos de formação, de luta e conquista do território onde a escola está inserida, bem como os fatores culturais, sociais e econômicos, além de um estudo específico sobre seus aspectos geoambientais e através da análise espacial renovada, enquanto dimensão da pesquisa de campo em geografia objetivando a construção do referencial teórico.
- 2ª etapa - Pesquisa de campo no município para conhecer a organização do espaço geográfico. Nesta etapa, os participantes devem ser divididos em grupos para desenvolver pesquisa exploratória sobre subtemas ao tema principal que serão escolhidos previamente em conjunto em sala de aula.
- 3ª etapa - Serão socializados os resultados da pesquisa de campo através da apresentação dos Temas Específicos em seminários livres.

- 4ª etapa -Serão confeccionadas Cartilhas Educativas/Informativas sobre as temáticas da pesquisa realizada no município.

Essa atividade propõe aos professores-estudantes uma reflexão interativa que dialoga sobre os diversos aspectos da dinâmica territorial de um lugar/município e os processos históricos modeladores que propiciaram a formação desse município. Para alcançar tais objetivos, no desenvolvimento da atividade tem que se utilizar de métodos de interação participativa entre docentes e discentes, envolvendo-os numa discussão acerca dos aspectos territoriais, socioculturais e geoambientais do município e as ações a serem feitas a partir disso.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desse trabalho é refletir acerca da importância do conceito de território na formação de um cidadão crítico, onde se busca a diversidade de dimensões que constituem o homem e o lugar/território do homem do/no campo, onde esse homem veja na escola um norteador de valores éticos/sociais. Salienta-se aqui que para construir conhecimento não se pode deixar de lado a vivência e conhecimentos do estudante, os símbolos e significados que estes trazem da sua vida cotidiana, sua cultura, pois, isto traz à compreensão do homem enquanto sujeito e permite entender as relações socioespaciais ali construídas, uma construção que perpassa a teoria e a prática. A sala de aula deve ser vista como um espaço de produção do conhecimento, da pesquisa, do estudo e da formação propriamente dita, uma vez que ela é um espaço de provocação, de diálogos interessantes e significativos, que surgem ao buscar o conhecimento *in loco*. Nesse sentido, o ensino da Geografia deve promover uma formação crítica, na busca de fatos contextualizados e atualizados, com o intuito de favorecer a emancipação humana.

O ensinar o conceito de território tem suas peculiaridades diante do ambiente de estudos, seja no campo ou na zona urbana. O estudante que reside na zona urbana normalmente dispõe de mais meios para obter informações, pois este tem maior contato com os meios de comunicação, a internet, a informatização, algo que não se encontra com facilidade no campo. As escolas no campo em sua ampla maioria são limitadas no que diz respeito a acesso às tecnologias da informação, no entanto, o local em que a escola se encontra já traz infinitas possibilidades que possui *in loco*, facilitando ao professor vivenciar

com seus estudantes a paisagem, a cultura, as peculiaridades do lugar, os símbolos da vida campesina e, através desse olhar construir o conteúdo a ser trabalhado em sala de aula.

A perspectiva a ser utilizada para a construção do conceito de território voltado para o/no campo deve incidir em trabalhar esse conceito como uma ferramenta de análise e não algo pronto e engessado. Deve ser trabalhada para a compreensão de determinada conjuntura e essa deve estar inserida em um contexto em que a realidade do estudante e o conteúdo sejam vistos como um conjunto, priorizando o interesse do estudante. Para que isso seja possível, o indicado é explorar as questões territoriais com relação à vivência imediata do estudante e ir abordando de maneira gradativa os conteúdos subsequentes.

Esse conceito deve ser trabalhado também no intuito de salientar as noções de localização, organização, representação e compreensão do espaço vivido e que esses conceitos sejam desenvolvidos a partir de práticas que prezem a sociabilidade, como a construção das oficinas livres, em que estas estejam de acordo com o modelo de vida campesina, para que os camponeses não mais sejam vistos apenas como mão de obra para o mercado de trabalho e sim uma classe que constrói e reconstrói seu território a partir de interesses próprios.

THE IMPORTANCE OF THE TERRITORY CONCEPT IN GEOGRAPHY EDUCATION IN FIELD SCHOOLS

ABSTRACT

Geography is a discipline that collaborates with the formation of the individual, because it brings in its broad scope a socioeconomic and pedagogical role inside and outside the school environment, the one who proposes to teach geography has to understand the different languages and interpretations that permeate reality where it is set. The choice of the concept of territory in the vastness of what geography proposes is given in this study in order to prioritize, in a significant way, a concept of learning contents that adapt to a cognitive view of reality, teaching a concept that is renewed from socio-spatial modifications at the local, regional and global scales, providing education that permeates the cultural plurality that exists in the field. This concept must also be worked on in order to emphasize the notions of location, organization, representation and understanding of the lived space and that these concepts are developed from practices that cherish sociability, such as the construction of the pedagogical practice of free workshops, an activity that proposes to the student teachers an interactive reflection that talks about the various aspects of the territorial dynamics.

Keywords: Teaching. Educational Practices. Free Workshops.

REFERÊNCIAS

CALDART, Roseli Salete. **Por uma Educação do Campo**: identidade e Políticas Públicas. V. 4. Brasília, 2004.

CAVALCANTI, L. de S. (Org.). **Geografia da cidade**. Goiânia: Editora Alternativa, 2002.

FERNANDES, Bernardo M. Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. *In*: MOLINA, Mônica C. **Educação do campo e pesquisa**: questões para reflexão. Brasília: MDA, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição** teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista NERA, ano 8, n. 6, janeiro/junho de 2005.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2014**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/resultados-e-resumos>>. Acesso em 25 de novembro de 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2005. 200p. (8. ed.)

NASCIMENTO, C. G. Políticas “públicas” e educação do campo: em busca da cidadania possível? **Travessias**, Paraná, v.3, n. 3, 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Editora Ática: São Paulo, 1993.

SANDES, A. B. Geografia e Educação: contribuições da Geografia para gestão educacional. *In*: Congresso Internacional da Faculdade EST. São Leopoldo. **Anais...** São Leopoldo, 2012, p.13-29.

SANTOS, Milton. Mesa redonda: A formação do professor de Geografia. **Orientação**, São Paulo, n. 10, p. 44-57, 1993.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

Recebido em 09-04-2019.

Aceito em 25/06/2019.